



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

PROTOCOLO SIC [REDACTED]

SECRETARIA: Secretaria da Administração Penitenciária

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

EMENTA: Acesso a prontuário geral e de saúde. Comunicação de local e modo para obtenção das informações. Adequado atendimento da demanda. Negado provimento.

DECISÃO OGE/LAI nº 178/2018

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à Secretaria da Administração Penitenciária, número SIC em epígrafe, para acesso a prontuário geral e de saúde de irmão do solicitante, sob o qual mantém a guarda, e de pai falecido.
2. Em resposta recursal, o ente informou que o pedido deverá ser feito na penitenciária mediante comprovação de guarda do menor e de parentesco com o falecido, comunicando local e meios de contato para tanto. Insatisfeito, o interessado apresentou recurso cabível a esta Ouvidoria Geral, conforme atribuição estipulada pelo artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015.
3. Analisando-se o feito, verifica-se ter havido os esclarecimentos pertinentes, não sendo observada qualquer recusa em permitir acesso aos documentos públicos custodiados. No caso em questão, observa-se que o ente indicou o local onde a informação pode ser obtida, conforme permissivo do artigo 11, §1º, inciso I, da Lei nº 12.527/2011.
4. Ainda, recorda-se que é dever dos órgãos e entidades do poder público zelar pela proteção das informações sigilosas e pessoais, conforme previsão dos artigos 6º, III, da Lei e 36 do Decreto Estadual nº 58.052/2012. A resposta do ente recorrido encontra-se, pois, devidamente respaldada na legislação vigente, uma vez que o prontuário geral e de saúde pode conter informações pessoais afetas à intimidade.
5. Nada obsta, entretanto, que o cidadão se dirija pessoalmente ao local indicado, conforme indicado em resposta ao recurso, para que obtenha acesso à informação almejada, condicionada à apresentação dos documentos requeridos, de acordo com o artigo 31, da Lei de Acesso.
6. Diante do exposto, não havendo negativa de acesso à informação, e mediante a necessidade de comprovação de identidade para o acesso a informações pessoais sensíveis, **conheço do recurso** e, no mérito, **nego-lhe provimento**, com fundamento



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

no artigo 11, §1º, inciso I, da Lei, ausentes as hipóteses de provimento recursal previstas no artigo e incisos do Decreto nº 58.052/2012.

7. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, para ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

OGE, 22 de maio de 2018.

Assinatura manuscrita em azul e uma rubrica preta retangular sobreposta.

MANUELLA RAMALHO

RESPONDENDO PELO EXPEDIENTE DA
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

MKL